



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA LISBOA

2011-2013

ÍNDICE

0. ENQUADRAMENTO	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	8
3. PLANEAMENTO	10
3.1. PROSPECTIVO - DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO	10
3.2. ESTRATÉGICO - SUMÁRIOS EXECUTIVOS DOS PLANOS	19
3.3. TERRITORIAL – COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA/ COMISSÕES SOCIAIS INTERFREGUESIAS	28
4. AGENDA ESTRATÉGICA	30
5. MODELO DE GOVERNÂNCIA DO PDS	32
ANEXOS	35

0. ENQUADRAMENTO

A 18 de Abril de 2006, a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (actualmente ISS, I.P. - Centro Distrital de Lisboa) assinaram o Protocolo de Colaboração que visou instituir uma colaboração de carácter regular e permanente entre as três entidades para implementação da Rede Social de Lisboa.

O CLAS-Lx. constituiu-se, em 11 de Dezembro de 2006, com 111 entidades parceiras e actualmente tem 273.

Contrariamente ao planeamento do Programa da Rede Social (Diagnóstico, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção), a Rede Social de Lisboa iniciou o seu processo de planeamento por um Plano de Acção estruturado em 3 eixos: planeamento, estruturação e intervenção. A finalidade do Eixo Estruturação era desenvolver um processo de organização que assegurasse o funcionamento do plenário e a constituição das Comissões Sociais de Freguesia.

Com o Eixo do Planeamento pretendia-se desenvolver as linhas gerais de actuação que permitissem avançar para um modelo de diagnóstico participado localmente.

No Eixo da Intervenção identificaram-se áreas prioritárias na cidade e que desde logo podiam potenciar o trabalho desenvolvido integrando-o na metodologia da Rede Social de Lisboa: Sem-Abrigo, Envelhecimento e Crianças.

No decorrer do Plano de Acção da Rede foi apresentado o Diagnóstico Social de Lisboa, a 20 de Abril de 2009.

Posteriormente, a 4 de Maio, contratualizou-se o Plano de Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo. Actualmente, encontra-se em funcionamento a Plataforma PSA. Ainda este ano prevê-se a constituição do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem-Abrigo (NPISA), definido pela Estratégia Nacional para a Pessoa Sem-Abrigo, com a apresentação do modelo de intervenção integrada para a cidade e carta de re-organização das respostas sociais.

Na área do Envelhecimento prevê-se a apresentação da Proposta do Plano de Intervenção em sede de CLAS-Lx., ainda este ano.

Quanto à área das Crianças, ainda em 2011, está prevista a apresentação da Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa.

No que respeita ao Plano de Desenvolvimento Social (PDS), Lisboa optou por uma construção faseada e centralizada em políticas activas de coesão social. O maior desafio centrou-se na constituição de uma Comissão Estratégica que congregasse os diferentes actores sectoriais da cidade, constituindo-se num espaço alargado de negociação e concertação estratégica, para a definição de políticas e programas institucionais, viabilizando o nível de planeamento, avaliação e gestão da Rede Social. O desafio seguinte, ainda em 2010, foi dar prioridade à participação dos parceiros de modo a tomar as opções estratégicas mais adequadas à cidade.

A Rede Social de Lisboa, de acordo com o Regulamento Interno do CLAS-Lx. revisto e aprovado a 25 de Janeiro de 2010, apresenta as seguintes especificidades: **Comissão Tripartida, Comissão Estratégica, Grupo Técnico e Núcleos Executivos.**

A coordenação geral da Rede Social de Lisboa cabe à Comissão Tripartida instituída no âmbito do Protocolo de Colaboração já referido. A presidência geral do Plenário cabe à Câmara Municipal de Lisboa, com representação das outras duas entidades que compõem a Comissão Tripartida.

À Comissão Estratégica compete assegurar o nível de planeamento estratégico da Rede Social de Lisboa, nomeadamente a implementação do processo de planeamento do PDS, a respectiva articulação dos planos que o constituírem ou outros formatos de planeamento a adoptar, a orientação e enquadramento do planeamento coordenação do planeamento das CSF/CSI-F e de quaisquer outros níveis de planeamento da Rede Social de Lisboa.

Ao Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx., nomeado pela Comissão Tripartida, compete assegurar o acompanhamento dos trabalhos da Rede e os actos internos indispensáveis à dinamização do CLAS-Lx., bem como a articulação entre os seus órgãos.

Aos Núcleos Executivos compete coordenar e prestar apoio técnico ao processo de implementação e operacionalização das CSF/ CSIF, estabelecendo a ligação comunicação entre estas e outros níveis operativos do PDS ao nível do respectivo território.

1. INTRODUÇÃO

O programa da Rede Social baseia-se em pressupostos técnicos, organizacionais e institucionais que geram a convergência de interesses, dos procedimentos, dos instrumentos e das opções estratégicas num dado território. Esses pressupostos que incluem a integração das respostas e serviços do concelho de Lisboa no sentido de potenciar a inclusão social, geram um amplo movimento de concertação das tipologias de intervenção e de organizações protagonistas numa perspectiva de as adaptar ao território concreto e às suas necessidades.

O PDS é o instrumento de planeamento da rede social que formaliza o conjunto de opções e prioridades de intervenção para o universo de interventores e actores sociais.

A Rede Social de Lisboa procurou, por isso, no seu PDS abranger todos os níveis em que estes actores operam, criando canais de comunicação e convergência à volta de denominadores comuns e estratégias definidas.

Em Lisboa, a Rede Social tem vindo a implementar uma rede de base local, através das Comissões Sociais de Freguesia ou Inter-Freguesia (quando agregam mais do que uma freguesia). Estas Comissões que se constituem como redes locais integradas na Rede Social, têm o seu próprio planeamento baseado num diagnóstico de necessidades no terreno e procuram responder a estas necessidades identificadas criando grupos de trabalho temáticos, que são verdadeiros grupos operativos de intervenção no território.

Num outro patamar, num nível intermédio mas transversal ao concelho e agregado à volta de questões temáticas sectoriais, a rede social implementou dinâmicas de parceria que se vieram a consolidar e dar origem a instrumentos de planeamento estratégico - **Planos**. Estes Planos respondem às questões da População Sem Abrigo, do Envelhecimento e da Infância. Baseiam-se num diagnóstico temático que procura estruturar e gerar eficiência na rede vocacionada para a problemática identificada, planeando e criando sinergias entre as instituições.

Por fim, a Rede Social de Lisboa tem uma estrutura formal de enquadramento, que coordena estrategicamente as actividades da parceria em rede na cidade. Neste patamar define-se a ligação entre o planeamento que responde ao diagnóstico e o planeamento prospectivo que define uma visão estratégica mobilizadora para o desenvolvimento social da cidade de Lisboa. A lógica de planeamento neste nível de decisão é o de transpor para as políticas de cidade as apostas estratégicas e prioridades definidas no planeamento.

O PDS de Lisboa procura articular na complexidade particular da cidade de Lisboa, todos estes patamares de decisão e planeamento.

A sua metodologia é bidireccional (*bottom-up e top-down*); das CSF's e Planos para a Visão Estratégica e desta, como desafio orientador e agenda estratégica para a realização, para os níveis operacionais.

Na sua Visão Estratégica o PDS de Lisboa procura formular desafios globais de desenvolvimento produzidos numa perspectiva de desenvolvimento social prospectivo e baseado em desafios de inovação, transformação e qualificação. Estes serão, posteriormente, incorporados e respondidos de acordo com a formulação própria das intervenções no terreno.

Por sua vez, a capacidade de inovação e criação de práticas de referência deverá, após um período de maturação, desenvolvimento e demonstração, ser objecto de incorporação na política para a cidade, criando a oportunidade de actualizar ou gerar novos desafios estratégicos para a cidade.

A proposta metodológica que suporta o PDS é a de um processo contínuo de avaliação, planeamento e diagnóstico que não procura criar um corpo rígido de opções de intervenção mas sim um ajustamento contínuo entre novas necessidades identificadas, oportunidades entretanto disponíveis e uma reformulação estratégica que as integre.

Esta perspectiva exige uma estrutura de governância que possa activar todos estes patamares de planeamento, criando ligações e intersecções estratégicas entre as práticas no terreno e as políticas de cidade.

A governância é o cerne do PDS já que todo o planeamento previsto se baseará na capacidade de comunicação, negociação e formulação de intervenções concertadas entre todos os actores envolvidos.

Requer também a participação activa e a capacidade dos parceiros para integrar a intencionalidade estratégica global nas suas intervenções micro territoriais. Implica ainda a capacidade de operacionalizar a monitorização e avaliação contínuas criando um fluxo de informação actualizada e acessível de modo que todos os níveis de decisão participação na rede social estejam em sintonia, actualizados e activamente envolvidos. Os instrumentos de governação do PDS que irão gerar um sistema de informação em rede, são uma condição essencial do sucesso deste modelo de planeamento para Lisboa.

O Plano de Acção, elaborado anualmente, é o mecanismo de actualização por excelência do PDS, procurando incorporar a visão estratégica nas intervenções das CSF/ CSIF e dos Planos, criando uma dinâmica participativa na construção do planeamento do desenvolvimento social da cidade de Lisboa.

2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

O PDS é um documento flexível e anualmente actualizável que formaliza a progressiva contratualização na Rede Social de Lisboa das intervenções e respostas que os diferentes níveis institucionais propõem. Deverá ser capaz de gerar suporte para a monitorização e avaliação constante de novas oportunidades e necessidades de intervenção. Não será um documento estático programador da intervenção a médio/ longo prazo, mas um sistema de actualização das prioridades e opções numa lógica de replaneamento contínuo.

O PDS está estruturado em três pólos dinâmicos de planeamento:

A). Planeamento prospectivo – Visão e Agenda Estratégica

Define um acordo permanentemente actualizado sobre as prioridades estratégicas comuns. A Visão Estratégica propõe um enfoque mobilizador da intervenção para uma situação desejável representativa do desenvolvimento social da cidade de Lisboa. Perspectiva um futuro desejável orientando a evolução das políticas e medidas sociais devendo representar o elemento de convergência da multiplicidade de actores e intervenções presentes na Rede Social de Lisboa. Pressupõe, por isso, um processo activo de negociação e comunicação, regulado pelo sistema de governância da Rede Social.

Associados à Visão são definidos **Desafios Estratégicos** que permitem identificar as diferentes dimensões do desenvolvimento social nos pontos críticos para a cidade e, simultaneamente fornecem linhas orientadoras para a acção.

A **Agenda Estratégica** é a dimensão operativa da Visão constituída pelo conjunto de acções directamente orientadas para a concretização da Visão. São acções seleccionadas de acordo com a capacidade de produzir impacto social verificável nos desafios da Visão.

Pelo facto de ser actualizável e sujeita a avaliação e monitorização contínua, a Agenda Estratégica permite integrar um conjunto de intervenções entretanto formuladas, cumprindo, assim, o seu objectivo de servir de instrumento orientador para as opções de intervenção e de incentivo a um posicionamento estratégico convergente na cidade.

As acções inscritas na Agenda, são escrutinadas e avaliadas na perspectiva do seu contributo e real impacto social, segmentando as acções com um propósito de contribuir para a Visão das que na Rede Social e nas instituições decorrem da sua dinâmica de intervenção própria.

Permite avaliar o contributo e investimento de cada uma das instituições para a concretização da Visão, envolvendo-as em parte da sua acção nos objectivos comuns e transversais à cidade.

B). Planeamento estratégico - Planos de Cidade

Estes Planos, em três áreas distintas, **Pessoas Sem Abrigo, Envelhecimento e Crianças**, focalizam a sua estrutura de planeamento no nível da capacitação, qualificação e aumento da eficiência da rede de respostas e serviços existentes para que estes produzam impactos mais significativos no desenvolvimento social concelhio.

De acordo com a lógica do Planeamento Estratégico, definem eixos de actuação nos quais congregam as diferentes dimensões estratégicas da acção. São instrumentos integradores da capacidade institucional existente criando oportunidades de Eficiência e Inovação colectivas. Estes dois pólos dinâmicos de planeamento do PDS de Lisboa congregam-se na Agenda Estratégica comum com as outras áreas não programadas da intervenção: CSF's.

C). Planeamento territorial – Comissões Sociais de Freguesia -

As CSF formulam propostas de política para a cidade a partir da análise das boas práticas, práticas de excelência e produtos desenvolvidos nas intervenções em curso nas mesmas. Simultaneamente, devem continuar a desenvolver os seus planos de acção, respondendo aos problemas sentidos pela comunidade no seu quotidiano.

As propostas de política devem ser integradas no PDS focalizando-se nas oportunidades ou necessidades de intervenção entretanto diagnosticadas. Estas serão operacionalizadas pela Rede Social de Lisboa através da incorporação das mesmas na Agenda Estratégica ou nos respectivos Planos de Acção das CSF's.

No entanto, sempre que as instituições parceiras manifestem interesse de avançar com intervenções de resposta às necessidades identificadas, previstas na Agenda Estratégica ou decorrentes das sessões de planeamento participado serão organizadas as **Oficinas de Projecto** para facilitar a elaboração em rede e parceria dos projectos, propostas ou acções em causa.

3. PLANEAMENTO

3.1. PROSPECTIVO - DESAFIOS E AGENDA PARA CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO

A Visão da Cidade - **LISBOA CIDADE DE REFERÊNCIA NAS POLÍTICAS ACTIVAS DE COESÃO SOCIAL**- centra-se na oportunidade de Lisboa definir as políticas de coesão social como veículo de afirmação estratégica no ranking das cidades capitais europeias.

A Visão da cidade serve para criar uma perspectiva particular de observação do território a partir de pontos de referência externos e avançados que crie contraste com um diagnóstico interno. A comparabilidade de Lisboa deve ser com as cidades referência ao nível social, urbanístico, cultural, ambiental – Barcelona, Helsínquia, Berlim etc.

A Visão poderá servir para o posicionamento num ranking de excelência e identificar oportunidades de diferenciação e competitividade.

Os *workshop's*¹ desenvolvidos na Rede Social permitiram identificar **5 desafios estratégicos para a concretização da Visão**. Estes desafios constituem-se como orientações para a definição de políticas, identificando áreas de complexidade que exigem um trabalho continuado de reorganização de directrizes, incorporação de inovação e excelência, integração nos Planos e Estratégias das instituições mais relevantes da Cidade. Os desafios fornecem as opções para o desenvolvimento social no planeamento de políticas de cidade.

Desafio 1 - LISBOA CIDADE DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Política Activa de inserção orientada para o empreendedorismo e a economia social

Pretende-se orientar a intervenção social da cidade de Lisboa para modelos inovadores de inserção pela criação de oportunidades de rendimento e autonomização social.

Potencial estratégico:

- Opção estratégica pelo Empreendedorismo Social assumida pelas instituições chave da cidade de Lisboa;
- Existência de projectos de qualidade reconhecida na área do empreendedorismo social a operar no concelho de Lisboa;
- Capacidade técnica, institucional e “*know-how*” específico nesta área, disseminado pelos actores institucionais da cidade de Lisboa;

¹ Na lógica de elaboração do PDS de forma participada realizaram-se 6 *workshop's*, onde estiveram presentes parceiros do CLAS-Lx., e 11 Sessões de Trabalho com as entidades que compõem as Comissões Sociais de Freguesia.

- Estruturação da rede institucional de suporte e incremento das acções de apoio ao empreendedorismo na cidade;
- Criação de sub-políticas e sub-medidas diferenciadas de estímulo e incentivo financeiro e institucional para os nichos de empreendedorismo social:
 - Empreendedorismo inclusivo como política de intervenção em zonas deprimidas e de risco na cidade;
 - Empreendedorismo de base tecnológica e de inovação para a inserção dos jovens;
 - Empreendedorismo para a criação de negócios sociais por DLD's em serviços especializados;
 - Empreendedorismo organizacional para a sustentabilidade do sector social grupos de baixa empregabilidade.

Produto:

“*Projecto Âncora*” do Empreendedorismo Social à escala da cidade, com dimensão e visibilidade associada à marca Lisboa.

ACÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de um cluster de empreendedorismo social; - Negociação e criação de instrumento financeiro que agregue os já existentes.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização do Cluster do Empreendedorismo Social para a cidade de Lisboa; - Congregação das diferentes iniciativas em sistemas de informação, aprendizagem, em suportes logísticos partilhados; - Estratégia partilhada de Marketing e Comunicação das iniciativas, rede de incentivos e suportes logísticos; - Desenvolvimento de intervenções de capacitação e especialização de competências na rede institucional envolvida no Cluster.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de integração local dos instrumentos financeiros disponíveis; - Nível de decisão envolvido na negociação política para a criação de instrumentos e medidas próprias para a realidade de Lisboa; - Capacidade e concertação institucional e comunicação focalizada para a acção no terreno; - Territorialização nas Comissões Sociais de Freguesia das Iniciativas do Cluster.
COORDENAÇÃO	Entidade coordenadora do Cluster – A definir

Desafio 2 - LISBOA CIDADE DE OPORTUNIDADES

Política Activa de Oportunidades Sociais diferenciadas

Pretende-se definição e formalização de uma política de cidade que congregue princípios, normas e procedimentos coerentes para a intervenção social na cidade de Lisboa, uma Carta de Princípios para a Intervenção Social de Lisboa, que funcione como uma matriz comum a todas as entidades que intervêm numa mesma área de actividade.

Potencial Estratégico:

- Direcção de políticas e modelos de intervenção social para necessidades e desvantagens sociais específicas;
- Criação e desenvolvimento nos serviços e respostas sociais de Lisboa de mecanismos e procedimentos orientados para a promoção de oportunidades específicas;
- Desenvolvimento de serviços temáticos certificados na criação de oportunidades específicas de inserção e desenvolvimento social;
- Desenvolvimento de serviços e respostas sociais em Lisboa com normas especializadas de diferenciação positiva em perfis de necessidades específicas na área dos Sem-abrigo, Envelhecimento, Infância, entre outras.

Produto:

- Carta de Princípios para a Intervenção Social de Lisboa

ACÇÃO	Definição de modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Definição de estratégias partilhadas na intervenção das instituições do sector; - Formalização de procedimentos de relação inter institucionais; - Definição e contratualização de canais de comunicação e concertação inter institucional.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Estruturação no terreno de uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada; - Capacidade financeira de implementação do Plano Nacional de Saúde Mental; - Concertação e convergência das entidades de referência na área da saúde mental.
COORDENAÇÃO	Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo

Desafio 3 - Lisboa Cidade Inclusiva

Políticas inclusivas na gestão e ordenamento do território

Pretende-se implementar novas funcionalidades a partir da georreferenciação já efectuada que incluam os equipamentos das IPSS de modo a definir taxas de excelência para a cobertura da cidade em equipamentos e respostas sociais, bem como, definir territórios de intervenção prioritária na cobertura de equipamentos, fazendo convergir e coincidir as divisões administrativas dos serviços nas mesmas áreas geográficas.

Potencial Estratégico:

- Modelo de respostas e equipamentos adaptados à cidade na sua especificidade urbanística, escala residencial e nos movimentos pendulares associados. Associação dos recursos de criação e inovação no desenho de soluções arquitectónicas, de design e de concepção dos equipamentos sociais de modo a sustentar uma política territorial de equipamentos e respostas sociais;
- Taxa de cobertura de referência de equipamentos e respostas sociais na Cidade como instrumento de suporte ao planeamento urbano na lógica das tipologias inclusivas e integradas;
- Criação de uma política para a gestão das respostas e equipamentos sociais radicado numa política de excelência para a cidade;
- Coerência da intervenção territorial de acordo com o modelo de reorganização administrativa da cidade. Integrando a área social no movimento de reforma administrativa em curso de modo a criar maior coerência e eficiência na gestão dos recursos e distribuição de responsabilidades territoriais;
- Prioridade nas políticas de gestão e ordenamento do espaço urbano para a criação de factores de atractividade e competitividade do espaço urbano;

Produto:

- Política territorial de equipamentos e respostas sociais

ACÇÃO	- Elaboração da Carta Social para Lisboa georreferenciada, enquanto instrumento de gestão política
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Actualização e alargamento da georreferenciação com a inclusão de variáveis prospectivas demográficas, urbanísticas e económicas; - Alargamento da informação a novas tipologias de instituições e equipamentos; - Criação de sistemas de conexão com as redes de informação disponíveis; Carta Social da Segurança Social, Serviços de Saúde e Educação, Serviços de Atendimento Social e Respostas Sociais, Mapas de Risco e Segurança, entre outros.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Adequação das ferramentas de gestão de informação que garantam a actualização contínua; - Equipa multidisciplinar e multi institucional de suporte; - Legitimação institucional como sistema de suporte à decisão política na cidade; - Aposta na diferenciação pela excelência da cobertura de equipamentos sociais; - Flexibilidade das tutelas para a criação de critérios de reorganização da rede de equipamentos.
COORDENAÇÃO	Santa Casa Misericórdia de Lisboa

ACÇÃO	- Elaboração da proposta de reorganização progressiva dos diferentes serviços, de acordo com o novo mapa administrativo da cidade - coincidência de áreas de intervenção
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Cartografia dos diferentes territórios administrativos e elaboração de propostas de reorganização progressiva a partir da análise fina de cada tutela e de cada situação específica no território.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Qualidade das propostas apresentadas e das suas características de gradualidade e progressividade; - Capacidade de criar experiências positivas demonstrativas das vantagens da reorganização administrativas que provoquem efeito de mobilização nas diferentes áreas.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

ACÇÃO	- Organização de um dossier técnico com propostas e recomendações sobre tipologias standard.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Criação soluções de equipamentos sociais adaptados aos diferentes enquadramentos urbanísticos, arquitectónicos e sociais do “casco urbano” de Lisboa; - Desenvolvimento de soluções de qualificação dos equipamentos já instalados em zonas com constrangimentos urbanísticos (zona histórica, envelhecida, equipamentos reconvertidos para as funcionalidades sociais); - Transposição para os normativos da Segurança Social das soluções de inovação e qualidade desenvolvidas.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Capacidade de influência das normas e procedimentos de avaliação da qualidade arquitectónica pela tutela (Segurança Social); - Capacidade de concertação das entidades chave na definição de políticas locais nesta temática (CML, SCML, Segurança Social).
COORDENAÇÃO	ISS, IP

Desafio 4 - LISBOA TERRITÓRIO DA CIDADANIA ORGANIZACIONAL

Mecanismos organizacionais activadores do exercício da cidadania e dos direitos como marca diferenciadora da intervenção social da cidade

Preende-se a definição de um plano de gestão nos Acordos de Cooperação da Segurança Social, bem como a contratualização de uma linha de financiamento para a qualificação do terceiro sector em Lisboa.

Potencial Estratégico:

- Responsabilidade social das organizações exercida na perspectiva da integração da participação, cidadania e direitos pelos “*stakeholders* organizacionais”. Definição e contratualização de um modelo de participação e acesso ao exercício dos direitos nas organizações;
- Cultura organizacional do terceiro sector promotora da cidadania activa, integrada nos modelos de decisão, gestão e organização das respostas, equipamentos sociais e serviços em geral;
- Modernização e profissionalização do terceiro sector de modo a garantir a excelência do sector como marca diferenciadora da cidade de Lisboa;
- Formatação de medidas de incentivo à qualificação e certificação do terceiro sector que garantam o acesso de Lisboa às linhas de financiamento e apoio ao terceiro sector;

- Exigências de normas de gestão da qualidade, de rigor e profissionalismo nas IPSS's e de controlo de custos e optimização dos recursos;
- Crescente ambiente de mercado aberto na prestação de serviços sociais e necessidade de diversificarem as fontes de financiamento e a oferta de serviços prestados.
- Crescente profissionalização e especialização do quadro técnico das IPSS's;

Produto:

- Política integrada e concertada para a qualificação e gestão das respostas sociais

ACÇÃO	- Elaboração de uma proposta para qualificação e profissionalização do 3º sector, ao nível de gestão das IPSS's.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Reorientação de recursos financeiros; - Alinhamento do 3º sector com os sistemas de apoio à Inovação, Competitividade Territorial e Empreendedorismo Organizacional; - Alinhamento com os programas de Requalificação e Modernização do Território.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Focalização na modernização e competitividade do território; - Focalização na capacidade empreendedora e geradora de emprego do 3º sector.
COORDENAÇÃO	Instituto de Emprego e Formação Profissional e ISS, IP

ACÇÃO	Adopção das normas do SGQ como pré-requisito para a celebração dos acordos de cooperação entre as entidades financiadoras e o 3º sector.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Capacitação das competências internas nas IPSS's associadas ao incremento de padrões de gestão profissional: gestão financeira, de recursos humanos e estratégica da instituição.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Clarificação dos requisitos de gestão na contratualização das valências; - Capacidade de adaptação dos princípios de gestão à realidade das IPSS's; - Reformulação do modelo de gestão das IPSS's.
COORDENAÇÃO	ISS, IP/ CDL

Desafio 5 - CIDADE DAS REDES DE INOVAÇÃO SOCIAL

Mobilização dos centros de conhecimento da cidade para a investigação aplicada em produtos de inovação social

Pretende-se o desenvolvimento de um Modelo de Cooperação Institucional entre as Universidades e a Rede Social, criando um sistema integrado de Investigação e Desenvolvimento na área social.

Potencial Estratégico:

- Redes interinstitucionais de investigação e desenvolvimento de soluções de inovação social associando as instituições e serviços da área social as universidades e centros de competência e investigação na cidade de Lisboa;
- Criação de programas de investigação-acção em equipas e consórcios entre as instituições e as universidades, no âmbito dos estágios e formações especializadas ou no desenvolvimento de investigação aplicada enquadrada na formação curricular no ensino superior;
- Protocolo de investigação-acção de apoio à Intervenção Social;
- Crescente valorização da produção de conhecimento qualificador da acção no 3º sector.

Produto:

- Bolsa que agregue as necessidades de investigação/ cooperação em áreas específicas das IPSS e a disponibilidades das universidades para desenvolverem esses produtos.

ACÇÃO	- Elaboração de um modelo institucional a ser contratualizado com as entidades académicas; - Formalização de redes interinstitucionais de investigação e intervenção para desenvolvimento de soluções de inovação social.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Formatação de modalidades e colaboração Universidades/ Área Social em quadros institucionais mais alargados e diversificados; - Intensificação da importância em termos absolutos e relativos dos projectos de cooperação na investigação aplicada.
FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Capacidade institucional das universidades para a negociação de alterações nos formatos curriculares.
COORDENAÇÃO	A definir

A metodologia de implementação dos produtos e das acções associados aos desafios, ao nível da Comissão Estratégica, passará pela constituição de **8 Grupos de Missão** constituídos por representantes de instituições parceiras e não parceiras do CLAS-Lx., com a função de elaboração de propostas e recomendações. Coordenado por uma entidade da Comissão Estratégica, que internamente orientará e desenvolverá o trabalho e reunirá periodicamente com as outras entidades para acertar e conciliar o trabalho desenvolvido e a desenvolver, numa lógica de rede.

3.2. ESTRATÉGICO - SUMÁRIOS EXECUTIVOS DOS PLANOS

No âmbito dos 3 Planos (1 aprovado e 2 ainda em proposta, a aguardar apreciação em Plenário) existentes na Rede Social foram também identificadas acções que pelo seu nível de inovação e impacto poderão contribuir para a concretização da Visão.

A) PESSOA SEM-ABRIGO

A Plataforma Pessoa Sem Abrigo (Plataforma PSA) para a cidade de Lisboa foi constituída em 3 de Julho de 2009, com o objectivo de implementar e desenvolver o Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo - Lisboa, aprovado em sede de Conselho Local de Acção Social (CLAS) em 4 de Maio de 2009.

Integra um conjunto de entidades públicas e privadas, com intervenção directa ou indirecta junto da pessoa sem abrigo (PSA), numa parceria interinstitucional, trabalhando em estreita articulação com o CLAS de Lisboa.

Tendo em conta o objectivo estratégico de implementar um novo modelo de intervenção que centre a sua acção na pessoa sem abrigo, a Plataforma PSA orientou a sua actividade em torno dos três eixos de intervenção, definidos como prioritários no Plano de Cidade:

- Eixo I – Reorganizar e otimizar a rede de equipamentos e serviços
- Eixo II – Implementar um modelo de intervenção integrada na cidade de Lisboa
- Eixo III – Qualificar a intervenção

Considera-se que estes três eixos estão intimamente ligados na medida em que o modelo de intervenção integrado, em definição, se articula com a constelação de equipamentos e serviços que se propõe vir a ser implementada na cidade de Lisboa (Eixo I), bem como em ligação com a Estratégia Nacional para a Pessoa Sem Abrigo. Do mesmo modo, as acções de formação conducentes a uma maior qualificação da intervenção junto das pessoas sem abrigo (Eixo III), deverão ser desenhadas a partir do levantamento de necessidades de formação junto das instituições, devendo ainda ter como referencial o referido.

Durante o primeiro ano de actividade, a Plataforma PSA priorizou as acções do Eixo I, na medida em que este constitui uma linha estruturante das acções dos outros dois Eixos.

Por forma a tornar mais profícuas e sustentadas as propostas de operacionalização do Plano de Cidade, definiu-se como estratégia o envolvimento e a participação das organizações, nos diferentes níveis de responsabilidade, decisão e intervenção – Dirigentes, Directores Técnicos e Técnicos.

Tendo por base o diagnóstico efectuado aquando da concepção do Plano de Cidade, os pressupostos da Estratégia Nacional, bem como a heterogeneidade da população sem abrigo, quer em termos das suas características sócio-demográficas, quer das problemáticas apresentadas e percursos de vida, a Plataforma PSA elaborou uma proposta que define uma rede de respostas “ideais”, caracterizadas em 4 tipologias: Centro de Emergência, Centro de Alojamento Temporário, Habitação de Transição e Habitação Individualizada.

O que traz de novo para a Cidade?

a) A criação de novas respostas:

- Centro de Emergência integrando uma unidade de atendimento e uma unidade de alojamento
- Habitações individualizadas (casas primeiro e casas apoiadas)

b) Reestruturação das existentes:

- Centros de Alojamento Temporário
- Comunidades de Inserção com Alojamento (com base na proposta de tipologia para Habitação de transição)

Que resultado se pretende atingir?

a) Reestruturação da rede de equipamentos e serviços e criação de novas tipologias de respostas sociais, como garante de respostas eficazes e ajustadas à intervenção com a PSA.

b) Regulamentação das respostas sociais a serem criadas, para efeitos celebração e/ou revisão de novos Acordos de Cooperação ou atribuição de financiamentos para projectos que venham a ser apresentados.

Consideram-se ainda fundamental a existência de outras respostas que, não sendo vocacionadas para o alojamento, visam promover a inclusão das PSA, servindo de suporte e de ponte para projectos de vida mais autónomos. Entre estas respostas salientam-se: as equipas de rua, os centros de apoio social que integram diferentes serviços e respostas, os ateliers ocupacionais, as comunidades de inserção sem alojamento, entre outras.

Um dos pressupostos para a aplicação do Modelo de Intervenção Integrada, previstos na Estratégia Nacional para a PSA, passa pela constituição de Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), no âmbito da Rede Social, sempre que a dimensão do fenómeno o justificar.

No caso de Lisboa, a constituição do NPISA foi antecedida por uma estrutura intermédia, dado tratar-se da única cidade com um Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo. Com efeito, considerando que este Plano "...consubstanciou um primeiro esforço conjunto das entidades que intervêm com a Pessoa Sem Abrigo na cidade de Lisboa, considerou-se relevante que a sua implementação fosse monitorizada e objecto de uma avaliação intermédia e final que permitisse aferir a eficiência e eficácia deste instrumento de planeamento".

Neste sentido, foi criada a Plataforma PSA, com funções essencialmente ao nível do planeamento, monitorização e avaliação do Plano Cidade, objectivando a criação das condições necessárias à operacionalização do mesmo por parte do NPISA, de natureza mais operativa.

Na medida em que não foi possível a implementação do Plano Cidade dentro do prazo protocolado, e justificando-se ainda a existência da Plataforma PSA dado ainda não se encontrarem asseguradas as condições necessárias à sua operacionalização, propõe-se a constituição do NPISA Lisboa no decorrer de 2011, assente em dois níveis de intervenção:

- 1) Nível de Planeamento, Monitorização e Avaliação, correspondendo à actual Plataforma PSA;
- 2) Nível de Intervenção na cidade com as PSA, de natureza mais operativa e constituído por técnicos das instituições que intervêm com a Pessoa Sem-Abrigo, e onde se enquadram os gestores de caso.

B) ENVELHECIMENTO

A Proposta de Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento para a cidade de Lisboa visa a prossecução de uma acção territorializada que envolva e mobilize os parceiros locais para que de uma forma sustentada unam esforços e combinem iniciativas que acrescentem valor nesta área.

A área de intervenção do envelhecimento foi aprovada no âmbito do Plano de Acção da Rede Social de Lisboa, 2ª Sessão Plenária do CLAS-Lx., em 18 de Abril de 2007.

A constituição do Grupo de Trabalho foi aprovada na 3ª Sessão Plenária em 18 de Julho do mesmo ano, iniciando o Grupo o trabalho em 14 de Dezembro, após a indicação das entidades relativamente aos seus representantes (Centro Distrital de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, EAPN Portugal /Rede Europeia Anti-Pobreza, Polícia de Segurança Pública – Comando Metropolitano de Lisboa, Administração Regional de Saúde, Universidade de Lisboa para a 3ª Idade e o Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx).

Na linha de envolvimento e participação dos parceiros da Rede, o Grupo realizou nos dias 4, 5 e 16 de Junho de 2008, 6 Workshops referentes às 4 zonas territoriais da Rede, à Cidade e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a participação de 4 dinamizadores da REAPN.

Em Setembro de 2008, foi lançado às Juntas de Freguesia parceiras do CLAS-Lx., um Inquérito para identificação dos problemas e propostas de soluções locais.

Realizaram-se também 3 sessões presenciais de dinâmica de grupo a que chamámos “Conversas Directas com Idosos”, com o objectivo de identificar os seus principais problemas e a suas pretensões de resposta para os mesmos.

As conclusões dos Workshops foram enviadas a todos os participantes, tendo as mesmas juntamente com os resultados dos Inquéritos e das “Conversas Directas com Idosos”, permitido a elaboração do Diagnóstico Participativo e a identificação de acções a incluir na Proposta.

Após a elaboração do documento da Proposta de Plano de Intervenção para a área do Envelhecimento, o Grupo divulgou a mesma junto dos parceiros da área tendo realizado 6 sessões de trabalho, onde estiveram presentes 65 pessoas em representação de 46 entidades.

Esta proposta de Plano, para dois anos, pretende contribuir para a mobilização dos parceiros para uma actuação concertada e sustentada promovendo a qualidade da intervenção na área do envelhecimento, e aposta em estratégias de:

- Participação (diagnóstico, planeamento, implementação e avaliação)
- Parceria (metodologias de trabalho em rede)
- Territorialização (proximidade e integração de respostas)
- Contratualização (envolvimento e assumpção de responsabilidades)

A intervenção proposta organiza-se em três eixos:

1º Eixo Estratégico – Conhecimento, Sensibilização e Educação com dois (2) Objectivos Estratégicos que contemplam o conhecimento e a informação, quer ao nível de cada território local, quer ao nível da cidade pretendendo contribuir para a produção e aumento do conhecimento para uma melhor intervenção nesta área.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de 20... existir maior conhecimento sobre a realidade do envelhecimento em cada zona territorial da rede e da cidade

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... aumentar as imagens positivas acerca dos idosos

2º Eixo Estratégico – (Re) Qualificação das Respostas/Serviços com dois (2) Objectivos Estratégicos que visam contribuir para a promoção da qualificação da intervenção nas respostas/serviços e para a qualidade da Intervenção dos profissionais e dirigentes.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de final de 20... promover a (re) qualificação das respostas e dos serviços, potenciando competências técnicas na intervenção

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... potenciar respostas/serviços para as pessoas idosas, mantendo-as no seu meio

3º Eixo Estratégico – Inovação da Intervenção com dois (2) Objectivos Estratégicos que pretendem contribuir para a identificação de novas respostas para a actual e nova geração de pessoas idosas e para que ao nível político se aceite a necessidade de existir uma Estratégia Nacional para Área do Envelhecimento.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de 20... influenciar a criação de uma política de envelhecimento

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... estão definidas 4 novas respostas para a cidade

A implementação do Plano de Intervenção pressupõe:

- Contratar com os parceiros
- Basear-se nos recursos/respostas locais existentes
- Constituir uma Comissão de Gestão do Plano
- Constituir 4 Equipas Técnicas territoriais
- Criar um Fórum com funções consultivas

Comissão de Gestão do Plano

À Comissão de Gestão do Plano, competirá a gestão do mesmo ao nível da cidade. Será responsável pela sua monitorização e avaliação, cabendo-lhe a responsabilidade de concretizar o conjunto de acções transversais à cidade e acompanhar a Acção a nível Territorial. Compete-lhe, ainda, por inerência, elaborar relatórios de monitorização e avaliação semestrais.

Esta Comissão de Gestão integrará representantes de entidades do CLAS-Lx., que desenvolvem intervenção transversal à cidade nesta área, 4 Juntas de Freguesia com maior incidência de idosos (um por zona territorial). Com o objectivo de assegurar a ligação às quatro zonas territoriais, a Comissão de Gestão, contará também com a participação dos(as) coordenadores(as) dos quatro Núcleos Executivos da Rede Social de Lisboa.

Equipas Técnicas Territoriais (ETT's)

Estas equipas serão quatro, correspondendo às zonas territoriais da Rede Social (sul, norte, oriental e centro ocidental), serão constituídas pelos coordenadores dos Núcleos Executivos da Rede Social e por representantes dos parceiros locais, com Intervenção na área do envelhecimento que contratualizarem o Plano de Intervenção. Estas equipas deverão eleger os seus elementos dentro dos parceiros que contratualizem territorialmente o Plano.

Fórum

O Fórum é uma estrutura aberta à participação dos parceiros do CLAS-Lx. e de outras entidades da cidade, que directa ou indirectamente, desenvolvam acções na área do envelhecimento. Deverá ser constituído por peritos, universidades, Centros de Estudos, por entidades com projectos transversais à cidade, pelos 4 coordenadores dos Núcleos Executivos e pelo Coordenador da Comissão de Gestão de Plano. Terá uma função consultiva e deverá emitir pareceres não vinculativos, dar contributos ao nível do conhecimento, da partilha de experiências e de práticas locais.

O Plano de Intervenção pressupõe um determinado número de acções que deverão ser implementadas em diferentes momentos ao nível da cidade e ao nível local.

Fase 0

Terá a duração de seis meses e corresponderá à fase de divulgação, negociação e contratualização com as entidades locais e de criação de condições para o desenvolvimento da Acção.

Principais actividades:

- o Constituição da Comissão de Gestão do Plano (CGP)
- o Constituição das Equipas Técnicas Territoriais (ETT's)
- o Divulgação do Plano nas 4 zonas territoriais da Rede
- o Identificação das parcerias locais
- o Negociação e contratualização
- o Preparação e Elaboração do Plano Operacional
- o Criação da Plataforma Informática para Comunicação

Esta fase será desenvolvida em colaboração com as quatro Coordenadoras das ETT's, enquanto decorre a constituição das Equipas.

Fase 1

Terá a duração de seis meses e corresponderá à fase de preparação, elaboração da planificação local e fundamentação da intervenção.

Principais actividades ao nível da Cidade:

- o Criação de instrumentos de operacionalização e monitorização
- o Elaboração do Plano de Formação
- o Tratamento e divulgação de informação
- o Elaboração do documento/Estratégia Nacional
- o Elaboração da Carta Social para Idosos

Principais actividades ao nível Local:

- o Preparação e Elaboração dos quatro Planos Operacionais Locais
- o Colaboração na Identificação das necessidades formativas
- o Divulgação da informação
- o Levantamento da informação para elaboração dos diagnósticos locais

Fase 2

Terá a duração de um ano e corresponderá à fase de implementação, monitorização e avaliação do Plano.

Principais actividades ao nível da Cidade:

- o Elaboração de Diagnóstico Prospectivo
- o Implementação do Plano de Formação
- o Negociação da (re) qualificação de respostas/serviços
- o Identificação de novas respostas
- o Fóruns de discussão e reflexão

Principais actividades ao nível Local:

- o Elaboração de Diagnósticos Locais
- o Realização de Campanhas de Sensibilização e Educação
- o Identificação de Parcerias para a (re) qualificação de respostas/serviços
- o Fóruns de discussão e reflexão

Resultados Esperados:

- Produção de conhecimento: Elaboração de 4 Diagnósticos Locais e Diagnóstico Específico ao nível da Cidade;
- Implementação de um Modelo de Planeamento com apresentação da Carta Social para Idosos – Lisboa;
- Formação/Qualificação dos agentes, dirigentes e organizações que trabalham nesta área;
- Promoção e reconversão da rede de respostas e serviços;
- Identificação de novas respostas.

C) CRIANÇAS

Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa – Plano de Definição

A Estratégia de cidade para as crianças na cidade de Lisboa pretende criar um consenso político e institucional centrado na afirmação da cidade de Lisboa como “cidade amiga das crianças”, alinhando a realidade local com o movimento patrocinado pela UNICEF (*child-friendly cities*) e ratificado pela União Europeia e pelo Estado Português.

Neste contexto a criação, contratualização e afirmação política da Carta Estratégica para os Direitos das Crianças na Cidade de Lisboa, deverá criar as condições no contexto institucional e enquanto ferramenta normativa de intervenção, para que na cidade de Lisboa se reconheça uma política e prática efectiva para a qualidade dos serviços, intervenções e oportunidades de vivência urbana na óptica dos Direitos da Criança.

A efectivação desta Estratégia deverá ancorar-se institucionalmente no Grupo de Missão que assumirá a tarefa de coordenar, criar consensos e produzir as propostas e recomendações para que esta Estratégia se afirme na cidade.

Terá igualmente a função de gerar e mobilizar recursos institucionais para a construção de um suporte de informação e conhecimento na cidade da realidade dos direitos das crianças de modo a que as propostas efectivas se baseiem na realidade local e nas perspectivas e potencialidades já disponíveis no terreno.

Como condição de efectividade prática e potencial transformador da concertação institucional em rede, a Estratégia deverá, igualmente dotar-se de uma dimensão instrumental e operativa que numa perspectiva de planeamento contínuo e gradual, produzirá propostas de intervenção prática e imediata, a partir do diagnóstico do terreno; as Medidas de Intervenção orientar-se-ão para questões específicas do desenho dos serviços e da utilização dos recursos de modo a garantir à Estratégia uma capacidade operativa e mobilizadora da realidade da cidade.

Componentes da Estratégia de Cidade:

1. Grupo de Missão para concretizar:

- A Carta Estratégica para os Direitos das Crianças na Cidade de Lisboa
- O Observatório dos Direitos das Crianças em Lisboa
- A Produção de Propostas e Recomendações

2. Medidas Operacionais para a Implementação da Carta Estratégica

- Grupos de trabalho para a Implementação de medidas específicas de Intervenção na Cidade

A Estratégia deverá orientar a implementação de padrões de intervenção nos serviços e instituições na área das crianças, identificadas pela capacidade de traduzir de forma prática e reconhecível a perspectiva dos direitos da criança. Este alinhamento da cidade de Lisboa com os compromissos assumidos nas instâncias europeias de estabelecer os direitos nas políticas e instituições nacionais poderá traduzir-se no reconhecimento de Lisboa como território de excelência no desenvolvimento de políticas nesta temática.

3.3. TERRITORIAL – COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA/ COMISSÕES SOCIAIS INTERFREGUESIA

As CSF/ CSIF materializam ao nível do território, freguesia ou conjunto de freguesias, a Rede Social. Em Lisboa, actualmente estão constituídas 13 CSF e 1 CSIF.

Estas estruturas têm organizado o seu processo de planeamento a partir da identificação dos problemas locais e da capacidade/ possibilidade que os parceiros, em rede, dispõem para resolução dos mesmos. Assim, cada CSF/CSIF organizou e desenvolveu o seu próprio plano de acção.

A proximidade do terreno permite também a identificação das necessidades sociais, diagnosticando a sua prevalência ou relevância, sinalizando igualmente as necessidades emergentes, por via de novas configurações dos problemas sociais ou da sua prioridade por fenómenos de aumentos abruptos ou rupturas sociais (individuais, de grupo ou familiares). Esta função de “leitura” ou diagnóstico contínuo da cidade deverá ter tradução nos planos de acção e das CSF’s / CSIF’s e na Agenda estratégica do PDS de Lisboa.

No âmbito da construção do PDS para Lisboa foram realizadas sessões de trabalho com o objectivo de identificar acções em curso ou acções a formular para concretização da Visão. Das CSF/CSIF já constituídas apenas 3 consideraram que do seu processo de planeamento podiam identificar acções para inscrever na Agenda Estratégica.

A CSF dos Anjos elegeu a questão da inserção escolar e sucesso educativo das crianças oriundas de famílias imigrantes. A capacidade realizar a inserção social e cultural dos imigrantes na cidade de Lisboa é uma oportunidade de demonstrar iniciativa e inovação nas práticas e políticas de cidade. Esta CSF através de uma abordagem planeada e organizada ao nível de política de criação de oportunidades diferenciadas contribui para esta Visão estratégica aplicando uma metodologia de apoio ao ensino e aprendizagem do Português nos agrupamentos escolares da freguesia.

A elevada taxa de sucesso educativo com as crianças das mais variadas comunidades imigrantes, conseguida até ao momento, é um excelente indicador de potencial de transferibilidade e disseminação na cidade de Lisboa da metodologia utilizada.

A experiência do “Projecto Transporte Solidário” da CSIF de Belém / S. Francisco de Xavier, já continuada e reconhecida é outra das práticas da cidade com elevado potencial estratégico. Foca a questão do isolamento dos idosos na cidade Lisboa, considerada uma questão crítica

na cidade de Lisboa, pela sua estrutura demográfica muito envelhecida, pelas características específicas da mobilidade urbana da cidade e sobretudo, do seu edificado e arquitectura.

Como a CSIF de Belém / S. Francisco de Xavier, diagnosticou (diagnóstico esse comum a todas as CSF's) existe um número considerável de idosos absolutamente isolados que perderam todas as oportunidades de sociabilização e de acesso a serviços básicos como a saúde.

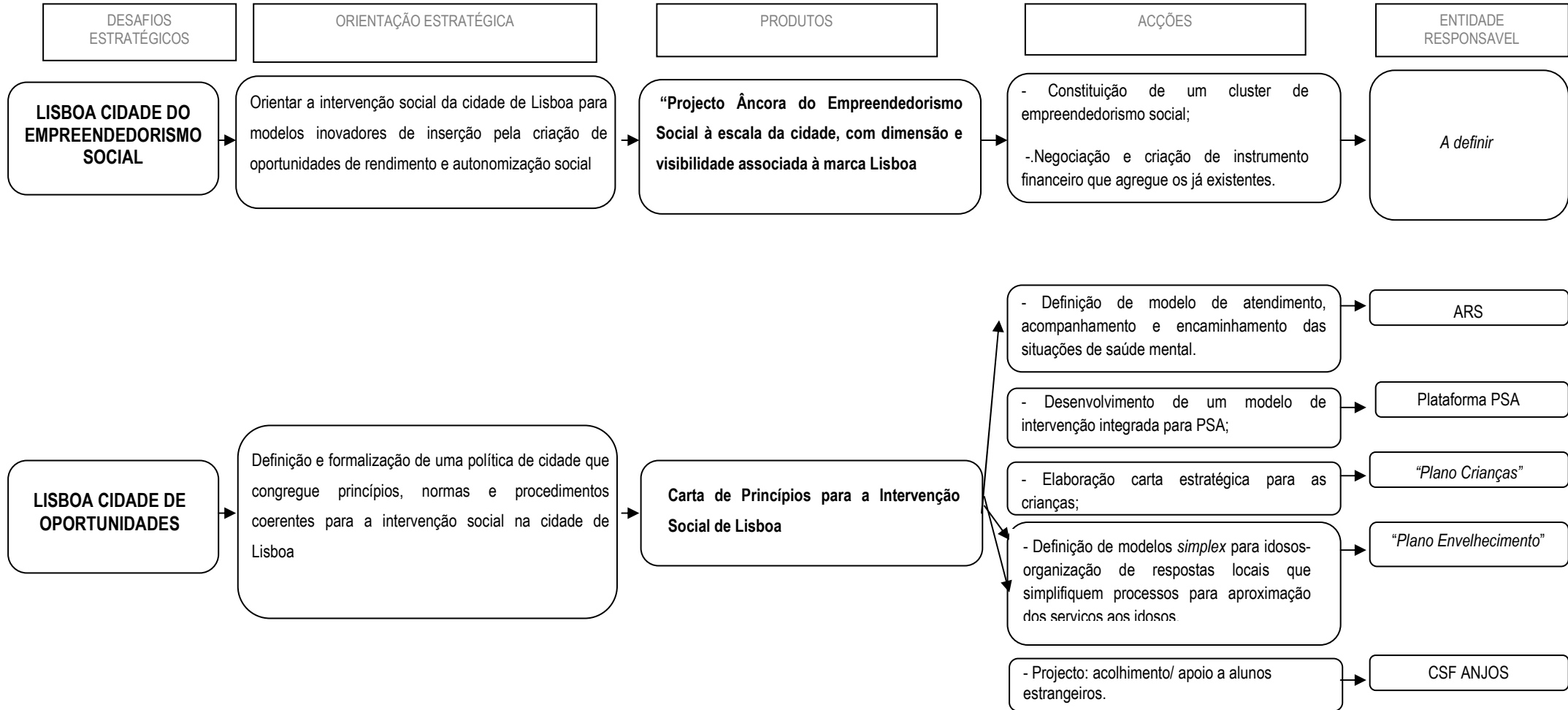
Esta CSIF empreendeu um grupo de trabalho interinstitucional alargado que respondeu a esta necessidade específica com um serviço inovador o “Transporte Solidário”, com resultados muito significativos e impactos relevantes na qualidade de vida dos idosos abrangidos.

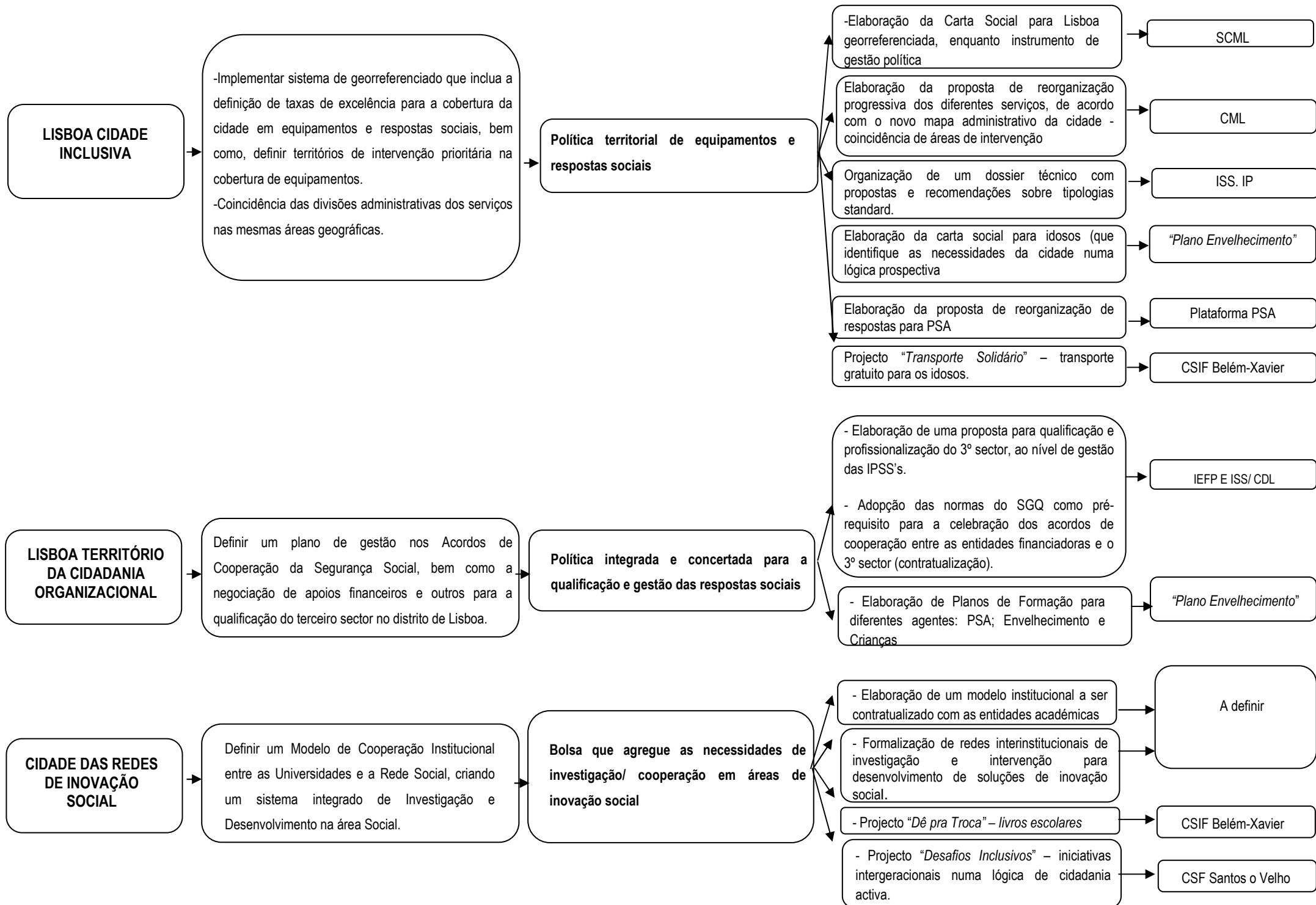
Esta CSIF elegeu um outro projecto para a Agenda Estratégica denominado de “Dê p’ra troca” que é um serviço de recolha e partilha de manuais escolares. Este projecto está focado nas necessidades sociais básicas de acesso ao sucesso escolar de famílias mais vulneráveis, garantindo-lhes manuais escolares num processo organizado de solidariedade e coesão social. Os resultados muito relevantes já obtidos e a capacidade de inovação demonstrada pela parceria interinstitucional que o suporta, torna-se um projecto estratégico de eleição na Agenda do PDS de Lisboa.

A CSF de Santos o Velho com o projecto “Desafios Inclusivos” promotor da intergeracionalidade activa, integra a Agenda Estratégica do PDS com uma das suas intervenções de base territorial. A capacidade criativa e inovadora do projecto, associado à escolha da problemática da intergeracionalidade (identificada como prioritária em todas as dimensões de diagnóstico social da cidade) evidencia um elevado potencial de replicação e disseminação como política de Inovação da cidade de Lisboa.

Como o PDS não é um documento fechado, à medida que as CSF/CSIF forem identificando acções que possam concorrer para a concretização da Visão, as mesmas serão inscritas na Agenda Estratégica.

4. AGENDA ESTRATÉGICA





5. MODELO DE GOVERNÂNCIA DO PDS

Conceptualmente, o PDS de Lisboa é um documento regulador do processo de decisão e planeamento em rede, integrando a estrutura de decisão e acção da Rede Social através do seu próprio processo de implementação do planeamento, o Modelo de Governância, que integra numa plataforma comum, os níveis de decisão, de planeamento e coordenação.

Esta estrutura, centrada na Comissão Estratégica, será o mecanismo institucional de pilotagem do planeamento da intervenção social no concelho.

O modelo de Governância do PDS da Rede Social de Lisboa integra três componentes:

- 1 - Dinâmica de Planeamento**
- 2 - Instrumentos de Governância**
- 3 - Funções Institucionais**

1. Dinâmica de Planeamento

- Formulação de propostas de política para a cidade a partir da análise das boas práticas, práticas de excelência e produtos desenvolvidos nas intervenções em curso nas CSF's.

Metodologia

Sessões de avaliação participada da Agenda Estratégica

A partir da análise da informação das acções desenvolvidas poderão ser sistematizadas propostas ou recomendações dos **Modelos ou Instrumentos de Acção** com potencial de disseminação na cidade, na perspectiva da possível incorporação nas políticas institucionais para a cidade.

- Formulação de propostas de intervenção para as diferentes áreas de intervenção a partir dos desafios e da avaliação dos indicadores de desenvolvimento social

Metodologia

Com base no Relatório de Avaliação da Visão Estratégica, a Comissão Estratégica elabora propostas e recomendações aos níveis operativos da Rede Social, integrando nas intervenções em curso a actualização das estratégias e áreas temáticas propostas. Este procedimento será operacionalizado através da incorporação das propostas na Agenda Estratégica ou nos Planos de Acção das CSF's ou Planos.

2. Instrumentos de Governância

- Relatório de monitorização dos produtos e acções do PDS

Relatório produzido com a síntese da actualização dos indicadores de desenvolvimento social, com periodicidade anual.

- Relatório de avaliação da Agenda Estratégica com elaboração de propostas e recomendações (periodicidade semestral)

Relatório de avaliação das acções promovidas no âmbito da Agenda Estratégica, com indicação de potencial para a disseminação na cidade. Deverá incluir propostas e recomendações para o replaneamento das acções de modo a obter a actualização da Agenda Estratégica.

- Plano de acção anual da Rede Social

O Plano de Acção anual da Rede Social deverá reflectir as orientações contidas no PDS e na sua Visão e Agenda Estratégica. Por outro lado, deverá expressar a dinâmica de intervenção nas várias dimensões de planeamento da Rede Social.

3. Funções Institucionais

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL - VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACTUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS CONTEÚDOS DO PDS

O CLAS é a instância de aprovação do PDS e valida as propostas decorrentes dos diferentes processos de planeamento, com vista à sua incorporação no PDS.

COMISSÃO TRIPARTIDA – VALIDAÇÃO E INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO OU INOVAÇÃO NAS POLÍTICAS DE CIDADE

- validar as decisões de incorporação nas políticas de cidade dos resultados e produtos decorrentes dos vários níveis de planeamento do PDS;
- negociar e concertar programas e medidas locais (a CT assumirá este papel de canal de acesso institucional às propostas, modelos e produtos decorrentes da prática de planeamento do PDS).

COMISSÃO ESTRATÉGICA – COORDENAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AVALIAÇÃO E (RE) ORIENTAÇÃO DA AGENDA ESTRATÉGICA

- garantir o acesso dos níveis de planeamento aos decisores institucionais dos sectores chave da área social na cidade;
- negociar institucionalmente a Visão e a Agenda Estratégica e definir orientações para a sua actualização;
- avaliar periodicamente os resultados das acções da Agenda Estratégica mediante os relatórios de acompanhamento das acções;
- avaliar periodicamente o relatório de monitorização produzido a partir dos indicadores de desenvolvimento social);
- identificar áreas de oportunidade para novas intervenções ou necessidades por responder.

NÚCLEOS EXECUTIVOS – COORDENAÇÃO OPERACIONAL E DINAMIZAÇÃO DO PDS

- accionar nas freguesias (com CSF ou não), os níveis de planeamento operacional do PDS – Agenda Estratégica nas CSF's, Planos de Cidade e Grupos de Missão e gerir a informação daí decorrente;
- monitorizar o diagnóstico local e direccioná-lo para os processos de planeamento de acordo com a informação disponível;
- organizar e dinamizar as **Sessões de Avaliação, Planeamento e Oficinas de Projecto** enquanto procedimentos do planeamento participado.

GRUPO TÉCNICO – OPERACIONALIZAÇÃO E ASSESSORIA

- operacionalizar os Instrumentos de Governância (Relatório de monitorização do referencial estatístico da Visão Estratégica do PDS; Relatório anual de avaliação da Agenda Estratégica; Relatório de propostas e recomendações de intervenção da Comissão Estratégica; Plano de acção anual da Rede Social);
- assessoria à Comissão Estratégica;
- articular entre os diversos níveis de planeamento e a Comissão Estratégica, com a sistematização e organização entre os diferentes actores do PDS e a Comissão.

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA – OPERACIONALIZAÇÃO DAS ACÇÕES DA AGENDA ESTRATÉGICA

- Integrar e planear as acções da Agenda Estratégica nos Planos de Acção das CSF's.
- Identificar de boas práticas ou modelos de excelências, susceptíveis de disseminação ou incorporação nas políticas de cidade definidas nos desafios;
- participar e dinamizar localmente os processos de avaliação e monitorização participativa do PDS e sobretudo da Visão e da Agenda Estratégica.

ANEXOS

COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DOS ANJOS

IDENTIFICAÇÃO PROJECTO/ACÇÃO – *Apoio a Alunos Estrangeiros*

DESCRIÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO

Os alunos estrangeiros, quando chegam à Escola, são integrados no ano lectivo previsto na tabela oficial de equivalências. Assim:

Ensino Básico: os alunos frequentam, no mínimo, em PLNM, os blocos correspondentes às áreas disciplinares não curriculares, podendo frequentar mais blocos, caso o Conselho de Turma entenda necessário.

Ensino Secundário: os alunos frequentam obrigatoriamente três blocos semanais de PLNM, podendo frequentar outros, a título de apoio suplementar.

FUNDAMENTAÇÃO

O projecto pretende criar condições para assegurar uma resposta adequada às necessidades deste grupo específico de alunos e que passa por garantir, não só, uma plena integração na escola e na comunidade, mas também, o domínio das competências necessárias à apropriação dos conteúdos programáticos.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Que todas as turmas possam acolher alunos de PLNM;
2. Em termos globais sejam assegurados ao longo da semana, 20 blocos de PLNM;
3. A distribuição desses blocos seja feita de modo a assegurar a sobreposição dos horários das diferentes turmas;
4. Cada aluno tenha um professor tutor de PLNM, responsável pelo acompanhamento do seu plano de trabalho e participação nos conselhos de turma a que o aluno pertence.

ACÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

- A) Implicação dos diferentes agrupamentos na construção de glossários e de outros materiais específicos tendo em vista o reforço do apoio a estes alunos nas diferentes áreas curriculares;
- B) Reforçar a dinamização de actividades e projectos que assegurem uma maior visibilidade ao trabalho realizado pelos alunos de PLNM;
- C) Aperfeiçoar a organização de um espaço com recursos específicos para o trabalho dos alunos de PLNM

INDICADORES DO PROJECTO (ou acção)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

45 alunos de várias nacionalidades

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Equipas de 4 professores que asseguram os 20 blocos semanais;

Afectação de uma sala (quase a tempo inteiro) para as actividades de PLNM;

Articulação com o BE/ CRE, a nível dos recursos bibliográficos e do próprio espaço.

COMISSÃO SOCIAL INTER-FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM E SÃO FRANCISCO XAVIER

IDENTIFICAÇÃO PROJECTO/ACÇÃO – *Transporte Solidário*

DESCRIÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO

O projecto Transporte Solidário surge de uma parceria entre entidades públicas e privadas que se constituíram em Comissão Social Intermunicipal de Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier, ao abrigo do decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho.

Trata-se de um transporte organizado e gratuito a pessoas adultas em situação de isolamento social com autonomia física e intelectual residentes nas freguesias de Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier.

O Transporte funciona na estrada desde 4 de Novembro de 2009 e realiza transporte diariamente das 8h as 18h, com 2 motoristas ao serviço. Os transportes são realizados para os centros de consulta, diagnóstico e tratamento do território correspondente, assim como para actividades lúdico-recreativas e actividades do quotidiano (supermercado, correios, bancos etc).

Os objectivos principais deste projecto são o combate à pobreza e isolamento social, o envolvimento das diversas entidades do território, criando redes de contacto privilegiadas entre os técnicos envolvidos e utentes – Melhorar a Qualidade de Vida e Sentimento de Bem Estar aos Residentes de ambas as freguesias.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o diagnóstico social da cidade de Lisboa o projecto Transporte Solidário insere-se no âmbito do “Plano de intervenção para a Área do Envelhecimento” como prática de planeamento e avaliação entre as instituições, inovação nas respostas direccionadas para a problemática do envelhecimento, que responda de maneira flexível às novas necessidades pessoais e sociais e de capacitação global dos vários intervenientes: população alvo, técnicos, instituições, gestores e promotores de políticas públicas.

O projecto Transporte Solidário surgiu de uma necessidade da população que vive nas freguesias de São Francisco Xavier e de Santa Maria de Belém, e pelas entidades que dão resposta a nível social e de segurança nestas freguesias. Após um diagnóstico social realizado neste território, o Isolamento Social surgiu como uma área prioritária de intervenção. A falta de meios de transporte próximos, a impossibilidade física de utilizarem de forma adequada os transportes públicos, e o custo elevado da utilização de táxis, dificulta as saídas da população aos serviços de saúde e às actividades básicas do quotidiano. É neste enquadramento que surge a necessidade de realizar de forma próxima e adequada o transporte gratuito de pessoas em situação de isolamento social e carência económica.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

A actividade do Transporte Solidário é desenvolvida diariamente, de 2ª a 6ª feira das 8h às 18h. A programação do Transporte para centros hospitalares (consultas, exames e tratamento), actividades desportivas e lúdico-culturais e actividades do quotidiano é realizada de acordo com os pedidos realizados pelos utilizadores do serviço. O Transporte Solidário iniciou a sua actividade a 4 de Novembro de 2009, não havendo prazo limite ao seu funcionamento.

Para além do funcionamento diário do projecto junto dos clientes beneficiários, o grupo de trabalho realiza mensalmente uma reunião de organização e desenvolvimento do projecto e desenvolve acções de divulgação e angariação de fundos/apoios para a manutenção e desenvolvimento do mesmo, nomeadamente a aquisição de uma carrinha adaptada e mais moderna, de forma a satisfazer os nossos clientes de forma mais adequadas às suas características e alargando o âmbito da nossa intervenção (podendo dar resposta a mais utilizadores, nomeadamente as pessoas com dificuldades de locomoção ou outras, que actualmente, tendo em conta a carrinha em funcionamento, não podem ser abrangidas por falta de condições da mesma). Especificamente foram realizadas:

- 4 Março 2010 – Apresentação Pública do Projecto no Padrão dos Descobrimentos;
- Candidatura ao Prémio BPI Capacitar em Abril 2010;
- Acções diversas organizadas pelos parceiros no sentido dos fundos reverterem a favor do projecto (Teatro, espectáculos);

Candidatura ao Prémio Nunes Côrrea (promovido pela SCML) em Janeiro de 2011.

ACÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

O grupo de trabalho pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido até então, realizando transportes diariamente a um número maior de pessoas possíveis que necessitem desta ajuda.

O grupo tem como objectos para 2010/2011:

- 1 – Dar continuidade ao trabalho de divulgação e angariação de fundos para a manutenção/desenvolvimento do projecto;
- 2 – Integração de voluntários para realizar o acompanhamento dos clientes na carinha (apoio emocional) e dentro das instituições hospitalares ou outras;
- 3 - Adquirir uma carrinha própria e adaptada, de forma a alargar o nosso publico alvo;
- 4 – Avaliação do grau de satisfação e impacto na Comunidade do Projecto.

INDICADORES DO PROJECTO (ou acção)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

Pessoas adultas, em situação de isolamento social, com autonomia física e intelectual, residentes nas Freguesias de São Francisco Xavier e de Santa Maria de Belém. Têm prioridade as pessoas em marcada situação de isolamento social bem como de desvantagem psicossocial e económica. Como tal serão ponderados os seguintes critérios: isolamento social (ausência de rede social de suporte - formal e/ou informal) - 40%; recursos económicos - 30%; grau de dependência - 10%; idade - 20%. Relativamente à caracterização, a média de idades, é de 77 anos, (limite mínimo de 47 anos e máximo de 94 anos). A média do rendimento líquido per capita (critério financeiro utilizado), é de 280€.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Fazem parte do grupo de Trabalho as Seguintes Entidades:

Centro Paroquial de Assistência Santa Maria de Belém; Associação Reabilitação Integração Ajuda; Cruz Vermelha Portuguesa - delegação Lisboa; Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém; Junta de Freguesia São Francisco Xavier; Santa Casa Misericórdia Lisboa; Associação de Apoio e Segurança Psico-Social; Escola Secundária Marquês de Pombal; Polícia (26ª Esquadra) de Belém; Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

Foram realizados protocolos de intenções no sentido de agilizar e tornar possível algumas acções fundamentais para o funcionamento do projecto, especificamente entre as entidades:

- 1) Comissão Social Interfreguesias (CSIF) com Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém (pagamento mensal gasóleo, cedência temporária de carrinha de 9 lugares, pagamento de 20% do salário de um motorista ao abrigo do contrato de inserção + com o Centro de Emprego) e São Francisco Xavier (pagamento do Telemóvel para motoristas e despesas de funcionamento do mesmo, pagamento de 20% do salário de um dos motoristas ao abrigo do contrato de inserção + do Centro de Emprego, cedência de um espaço para funcionamento de secretariado); Delegação de Lisboa Cruz Vermelha Portuguesa (cedência de uma administrativa e de um técnico para supervisão da mesma), PSP 26ª Esquadra de Belém (limpeza da carrinha; local de entrega/levantamento de chaves e documentos do veículo);
- 2) CSIF e Escola Secundária Marquês de Pombal (manutenção/reparação do veículo pelos alunos do curso profissional de mecânica desta Instituição);
- 3) CSIF e Centro Paroquial de Santa Maria de Belém (abertura e controlo de uma conta afecta ao projecto).

Desta forma os recursos utilizados são:

- Carrinha de 9 lugares; Uma funcionária para secretariado; 2 motoristas (contrato inserção +); 1 Telemóvel; Gasóleo mensal no valor de 250Euros; Material de escritório para organização do projecto.

COMISSÃO SOCIAL INTER-FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM E SÃO FRANCISCO XAVIER

IDENTIFICAÇÃO PROJECTO/ACÇÃO – *Dê p'rá troca*

DESCRIÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO

O projecto “*Dê P'rá Troca*” nasceu, da preocupação sentida pelas famílias de dar um fim útil aos livros acumulados no final de cada ano lectivo. Deste modo, o projecto tem por objectivo a reutilização de livros escolares para todas as famílias com crianças em idade escolar entre o 1º e 12º ano de escolaridade. Os livros utilizados são entregues pelas famílias, que podem ou não requerer outros livros adequados às suas necessidades. Embora o projecto tenha tido inicialmente a pretensão de servir as Freguesias abrangidas pela CSIF, dado o seu sucesso, foi alargado o seu âmbito e presentemente qualquer família pode solicitar ou entregar livros.

FUNDAMENTAÇÃO

A pertinência deste projecto, prende-se sobretudo com a fundamental intervenção a dois níveis:

- Ambiental, uma vez que a reutilização dos livros permite a diminuição do uso excessivo de papel e conseqüentemente a utilização de recursos naturais inerentes.
- Sociais promovendo uma poupança Familiar, dado que os custos dos livros são um grande encargo para a maioria das famílias, e os recursos gastos por uma família podem ajudar outra. Por outro lado é importante sensibilizar os mais jovens a cuidar e valorizar os livros, consciencializando-os para a importância da reutilização dos mesmos.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

São as Famílias que alimentam este projecto, podem apenas entregar, apenas receber, ou usufruir de ambas as vertentes.

São recebidos livros posteriores a 2006 (escolares e do Plano Nacional de Leitura) que as famílias já não precisam e que podem ser entregues na Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém e na Junta de Freguesia de São Francisco Xavier.

As Famílias que pretendem receber os livros podem dirigir-se à Junta de Freguesia de São Francisco Xavier para os levantar.

Todas as Famílias que quiserem podem consultar a lista dos livros no site: <http://csifbelemxavier.blogspot.com>.

O projecto funciona ao longo de todo o ano, embora com épocas de maior afluência (entre Junho e Outubro).

Desde o início do projecto, Junho de 2009, foram recebidos mais de 5900 livros, dos quais 2200 permanecem disponíveis. Em relação aos pedidos efectuados entre 2009 e 2010 houve um aumento superior a 100%, isto é em 2009 houve cerca de 200 pedidos, e em 2010 470, 40 dos quais ainda se encontram pendentes.

Relativamente aos livros desactualizados, temos como princípio recebe-los e sempre que possível encaminhá-los para instituições que possam usufruir ou canalizá-los. Já foram enviados livros para os PALOP'S e actualmente para Timor. Quando tal não é possível são entregues para a reciclagem da CML.

A par das actividades acima descritas, é feita avaliação de satisfação dos utentes, através de questionários entregues aquando da entrega ou recepção de livros.

Foi também constituída uma base de dados de forma a garantir uma adequada agilização entre os meios, os recursos e os pedidos e entregas.

ACÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

Pretende-se dar continuidade ao projecto, acrescentando às actividades correntes as seguintes acções:

- Melhoramento do actual sistema através da introdução de instrumentos de apoio à gestão da base de dados;
- Divulgação do projecto com o apoio dos estabelecimentos de ensino das Freguesias que constituem a CSIF;
- Divulgação do projecto a nível nacional de forma a dar resposta às necessidades de manuais escolares por parte das instituições sociais;
- Avaliação do impacto ambiental e socioeconómico do projecto.

INDICADORES DO PROJECTO (ou acção)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

Famílias das Freguesias pertencentes aos Conselhos de Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais e Margem sul.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Materiais: Espaço, material de desgaste (fotocópias, canetas, etc.), telefone, e-mail e PC

Humanos: Técnicos da CSIF, voluntários e Estagiários.

COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE SANTOS-O-VELHO
IDENTIFICAÇÃO PROJECTO/ACÇÃO – *Desafios Inclusivos*

DESCRIÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO

O projecto visa pôr as pessoas em movimento, sensibilizar e mobilizar o conjunto das forças vivas da freguesia no combate à pobreza e à exclusão social e na melhoria da qualidade de vida da sua população sénior. O desafio é criar soluções que constituam mais valias efectivas e potenciem uma melhoria na qualidade de vida dos idosos.

Envolve o público-alvo (população sénior), população estudantil (secundário e universitário) e técnicas (os) das diversas instituições, na criação de dinâmicas que possibilitem ultrapassar as situações de solidão e isolamento, bem como fomentar a participação da população sénior nas decisões que lhes dizem respeito e apelar para o desenvolvimento de medidas de apoio à mulher idosa reconhecendo a sua condição de maior vulnerabilidade social.

Este projecto consiste na:

- Sensibilização e envolvimento da população estudantil para a problemática do combate à pobreza e à exclusão social, lançando pontes para propostas concretas de resolução de problemas;
- Envolvimento da população sénior no apelo à sua participação activa nas diversas actividades, e na criação de um Conselho Local Sénior;
- Envolvimento dos interventores sociais no desenvolvimento de uma relação de confiança intra-institucional e inter-institucional e com os vários grupos sociais envolvidos, e no desenvolvimento de uma prática comum.

FUNDAMENTAÇÃO

Este projecto surge do trabalho realizado anteriormente, no seio da Comissão Social de Freguesia de Santos-o-Velho, cujos parceiros, de diversas áreas de actividade, estão empenhados numa intervenção sócio-cultural e comunitária, que possibilite o desenvolvimento local, combatendo as situações de pobreza e de exclusão social.

A CSFSov fundamenta-se na consciência que existe, por parte dos seus parceiros, uma necessidade de criar oportunidades de exercício activo de uma cidadania responsável no que respeita ao combate à pobreza e exclusão social, centrando a sua actividade na população sénior.

São diversas as estratégias implementadas:

- Desenvolvimento de actividades envolvendo a população sénior e interventores sociais
- Desenvolvimento de actividades inter-geracionais
- Desenvolvimento de actividades envolvendo a população estudantil
- Desenvolvimento de actividades envolvendo todos os intervenientes e a comunidade local

O contacto inter-geracional é valorizado enquanto estratégia para a solução dos problemas identificados, nomeadamente a solidão e isolamento social.

Este projecto inter-relaciona-se com outros projectos desenvolvidos também pela CSF de Santos-o-Velho, e que promovem processos de participação e cidadania na população sénior.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Realizaram-se várias tertúlias, envolvendo a população idosa, instituições que trabalham no terreno (e parceiras na CSF Santos-o-Velho) e interventores sociais sobre diversas temáticas: a pobreza e suas consequências para a solidão e/ou isolamento das pessoas; os afectos na população sénior; o policiamento de proximidade.

Dinamizaram-se diversas sessões de trabalho com alunos da ETIC/EPI, debatendo a problemática da pobreza e exclusão social na população sénior; os alunos envolvidos decidiram-se pela criação de um spot publicitário de sensibilização do público em geral e também pela criação de outros materiais, que possam ser utilizados em diferentes dinâmicas.

Efectuaram-se diversas sessões de trabalho com seniores da freguesia e alunos do IADE (dos mestrados em design industrial, design de ambientes e design de produção) com o objectivo de debaterem, em conjunto, alguns problemas do quotidiano e ser possível encontrar soluções coerentes que procurem responder às necessidades identificadas pelos seniores. Pretende-se, através de relações inter-geracionais, utilizar o design para melhorar o dia-a-dia das pessoas sénior com dificuldades concretas.

ACÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

- Continuação da dinamização das tertúlias sobre temáticas solicitadas pela população sénior;
- Criação do Conselho Local Sénior;
- Reforçar a dinamização de iniciativas inter-geracionais, rentabilizando a relação estabelecida com as instituições dos ensinos secundário e universitário;
- Análise e estudo das propostas apresentadas pelos estudantes, e posterior organização de uma exposição aberta a toda a comunidade, que dê visibilidade e expressão a todas as propostas de trabalho apresentadas;
- Dinamização de redes de solidariedade e de redes de saberes, que permitam criar dinâmicas de desenvolvimento local, com o levantamento dos saberes e profissões existentes na freguesia;
- Continuação das sessões de sensibilização junto da população da freguesia.

INDICADORES DO PROJECTO (ou acção)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

População sénior da freguesia; Técnicos das diferentes instituições que intervém directa ou indirectamente com idosos; alunos e professores dos ensinos secundário e superior; comunidade em geral.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Recursos humanos dos diferentes parceiros envolvidos;

Recursos Materiais: diferentes espaços (culturais, lúdicos, educativos) de acordo com as actividades desenvolvidas; audiovisuais; consumíveis;

Recursos Financeiros: dos diferentes parceiros envolvidos.

COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE SANTOS-O-VELHO

IDENTIFICAÇÃO PROJECTO/ACÇÃO – *Crianças e Jovens em Risco e Prevenção da Saúde Mental*

DESCRIÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO

Promover um serviço coerente de prevenção em saúde mental a partir da intervenção nas famílias em risco, com base no funcionamento dos núcleos de apoio a crianças e jovens em risco (NACJR) dos centros de saúde e dos hospitais (NHACJR).

FUNDAMENTAÇÃO

O grupo de trabalho onde nasceu este projecto está convencido, após uma boa avaliação da realidade e das necessidades existentes, de que é possível inverter a tendência actual da institucionalização crescente e cada vez mais tardia de crianças e jovens em perigo.

Com base na legislação existente (Despacho 31292/2008 do Ministério da Saúde; Portaria 965/2009 de 25 de Agosto) o presente projecto pretende criar as condições para que essa mesma legislação possa ser cumprida com rigor e com resultados.

Aproveitando os recursos existentes e evitando despesas extraordinárias, este projecto foca-se na necessidade urgente de detectar sinais precoces de risco e intervir a tempo!

Para tal, conta com todos os técnicos que já estão no terreno (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e associações, instituições, juntas de freguesia, creches, jardins de infância, escolas, etc...) para implementar uma verdadeira rede de intervenção e promover a prestação de um serviço absolutamente necessário.

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Várias reuniões de trabalho com a Junta de Freguesia de Santos – O – Velho, a Santa Casa da Misericórdia, a CPCJ e a APEPI (Associação Portuguesa de Estudos da Primeira Infância).

Reuniões de trabalho com o Centro de Saúde da Lapa

Contactos informais com médicos, técnicos da CPCJ e da CNPCJ.

ACÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

Implementar o projecto nos 2 núcleos de apoio a crianças e jovens em risco (NACJR), recentemente constituídos no Agrupamento de Centros de Saúde – Lisboa Central e fazer a ligação com o núcleo hospitalar D. Estefânia.

Após avaliação desta primeira implementação e no caso de existirem resultados positivos, implementar o projecto noutros núcleos de apoio a crianças e jovens em risco da cidade de Lisboa.

INDICADORES DO PROJECTO (ou acção)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

Crianças e jovens em risco.

Famílias em risco e seus bebés.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Tempo para as reuniões de equipa com os técnicos existentes no terreno.

Financiamento (a acordar) para desenvolvimento e acompanhamento do projecto, que será feito pela APEPI (Associação Portuguesa de Estudos da Primeira Infância).

Nota: Consultar site da APEPI www.apepi.org e clicar em **PNS 2011-2016** onde está publicado um contributo mais detalhado deste projecto.